



SIMULADO FINAL

MPU

**Analista do MPU - Perito em
Arquitetura - Pós-Edital**

Simulado

Simulado Final MPU (Analista do MPU - Perito em Arquitetura)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista do MPU - Perito em Arquitetura do MPU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/1Ajz7Ro4Accr6E19>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

MÓDULO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

1. Assinale a opção que apresenta a frase em que o adjetivo sublinhado mostra uma opinião do autor do texto.
 - a) Meu restaurante deve comprar somente carne fresca.
 - b) O livro elege os cem melhores poemas brasileiros do século XX.
 - c) As borboletas mostravam um voo desengonçado.
 - d) As autoridades falaram sobre o novo perigo nuclear.
 - e) Assaltos frequentes assustam os moradores da região.

2. Assinale o fragmento textual a seguir que deve ser classificado como injuntivo.
 - a) Você pode dizer-me as horas?
 - b) Eu tenho a tua palavra de honra?
 - c) Ela me faz tão feliz!
 - d) O professor entra na sala e inicia a aula.
 - e) É importante praticar a escrita.

3. As frases a seguir mostram um termo sublinhado que se refere a um termo anterior (coesão). Assinale a frase em que esse termo sublinhado se refere a um termo posterior.
 - a) Encontrei o professor numa festa, mas nunca mais o vi.
 - b) O homem é aquilo que ele come.
 - c) Deus fez o homem à Sua imagem e semelhança.
 - d) Trabalhar sempre: esse é o segredo do sucesso.
 - e) Cheguei à conclusão de que isto é o mais importante: não perder o emprego.

Nossas atividades nas redes sociais podem oferecer um retrato bastante fiel – e muitas vezes não intencional – de nosso bem-estar mental. Portanto, não é de se espantar que profissionais cujo trabalho é zelar por nossa saúde emocional agora estejam explorando como usar esses canais para medir a quantas andam as emoções das pessoas.

Um estudo realizado pela Universidade Brunel, do Reino Unido, com 555 usuários do Facebook, mostrou que os mais extrovertidos tendem a postar mais sobre atividades sociais e sobre seu dia a dia, e o fazem com frequência. Já indivíduos com baixa autoestima acabam fazendo mais postagens sobre seus cônjuges ou parceiros. Por outro lado, pessoas com traços de neurose podem usar a rede social para validação e para chamar a atenção, enquanto aquelas mais narcisistas costumam exibir suas conquistas ou discorrer sobre suas dietas e rotinas de atividade física.

(Adaptado de: NOGRADY, Bianca. BBC Brasil. www.bbc.com/portuguese/vert-fut-37816962)

4. Sobre a estruturação do texto, assinale a afirmação correta.
 - a) O primeiro parágrafo apresenta o tema, enquanto o segundo indica as causas de as atividades nas redes sociais serem um retrato fiel dos usuários.
 - b) Sendo um texto de caráter descritivo, cada um dos parágrafos explora características distintas do tema.
 - c) O texto utiliza o método indutivo de raciocínio.
 - d) O tema discutido no texto é o aumento da incidência de transtornos mentais na era das redes sociais.
 - e) O segundo parágrafo tem a finalidade de trazer exemplos para o que se diz no primeiro parágrafo.

5. Assinale a frase que se mostra inteiramente coerente.
 - a) Segredo, só guarda quem não sabe.
 - b) A razão é um sol severo: ilumina, mas cega.
 - c) Como eu disse antes, eu nunca me repito.
 - d) Avise-me se você não receber esta carta.
 - e) Os imbecis deixam as suas impressões digitais no que dizem.

6. Assinale a frase em que a comparação não aparece explicada.

- a) A saúde é como a porcelana: se não tomar cuidado, quebra.
- b) Os homens são como os livros, muitas vezes são apreciados tarde em demasia.
- c) Os hospitais, assim como os hotéis, só recebem gente em trânsito.
- d) Beneficiar vilões é como jogar água ao mar.
- e) A riqueza assemelha-se à água do mar: quanto mais alguém bebe dela, mais sede tem.

João ganhava apenas o necessário para endividar-se.

7. Assinale a opção que indica a frase em que a modificação da oração reduzida em destaque para uma desenvolvida tenha sido feita de forma adequada.

- a) para que se endividasse.
- b) para o endividamento.
- c) para que se endivide.
- d) para que se endividava.
- e) para que se endividara.

8. Assinale a opção que apresenta o termo que não faz parte do campo semântico da computação.

- a) computador
- b) processador
- c) aplicativo
- d) vírus
- e) vacina

9. Assinale a frase em que a utilização do acento grave indicativo da crase está correta.

- a) As crianças dedicavam-se as tarefas escolares.
- b) Foi acordada às cinco da manhã com fogos de artifício.
- c) Ao receber o presente, começou à chorar de emoção.

d) Joana e seus filhos visitaram à fazenda do tio no feriado.

e) Ele se referiu à uma heroína do cinema.

10. Assinale a opção que apresenta a frase em que o termo sublinhado mostra valor figurado (não lógico).

- a) O pássaro cantava lindamente naquela manhã.
- b) A professora advertiu seus alunos sobre seu péssimo comportamento.
- c) Parece claro que a economia mundial crescerá menos neste ano.
- d) Nossa má educação cria um abismo entre as pessoas.
- e) A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.

11. Assinale a opção que apresenta o texto publicitário ou propagandístico que apela para a intimidação do leitor.

- a) Seja você a mudança de que o mundo precisa. Junte-se ao nosso projeto e faça a diferença!
- b) Use nosso creme antienvelhecimento e mantenha sua pele jovem por mais tempo. Você merece se sentir bem!
- c) Sem um antivírus atualizado, seus dados estão em risco. Proteja-se agora antes que seja tarde demais.
- d) Compre nosso curso e receba grátis uma aula bônus.
- e) Vista nossa nova coleção para mulheres poderosas!

12. Assinale a frase que exemplifica a função conativa de linguagem.

- a) Se beber, não dirija!
- b) A tristeza tomou conta do ambiente.
- c) O não produz inimigos; o sim, falsos amigos.
- d) O céu estava nublado e a chuva começou a cair lentamente.
- e) Que dia lindo está fazendo hoje!

13. Assinale a frase em que a forma do gerúndio está mal-empregada pelo fato de as ações expressas não poderem ser simultâneas.

- a) Entrou no salão cantando o hino nacional.
- b) Caiu um raio na floresta, incendiando muitas árvores.
- c) Escrevia em seu caderno ouvindo música.
- d) Chegou à festa sorrindo.
- e) Saiu do casamento chorando de emoção.

14. Um dos problemas da comunicação entre as pessoas é a possibilidade de ambiguidade da mensagem.

Assinale a frase em que há essa possibilidade de ambiguidade.

- a) Para quem é pouca coisa, basta-lhe pouca coisa
- b) Não sei o que fazer diante desse problema.
- c) O cargo de oficial de justiça é importante
- d) Conheço uma professora de Literatura inglesa.
- e) A História esclarece somente fatos passados.

Todo discurso tem uma dimensão argumentativa. Alguns se apresentam como explicitamente argumentativos (por exemplo, o discurso político, o discurso publicitário), enquanto outros não se apresentam como tal (por exemplo, o discurso didático, o discurso romanesco, o discurso lírico). No entanto, todos são argumentativos: de um lado, porque o modo de funcionamento real do discurso é o dialogismo; de outro, porque sempre o enunciador pretende que suas posições sejam acolhidas, que ele mesmo seja aceito. Se, como ensinava Bakhtin, o dialogismo preside a construção de todo discurso, então um discurso será uma voz nesse diálogo discursivo incessante que é a história.

FIORIN, José Luiz. Disponível em :

<www.editoracontexto.com.br/blog/argumentacao-jose-luiz-fiorin/>.

Acesso em: 13 dez. 2018 (adaptado).

15. Um dos argumentos empregados nesse pequeno texto pode ser caracterizado como

- a) raciocínio por analogia.
- b) apelo a exemplos históricos.
- c) testemunho de autoridade.
- d) relação de concessão.
- e) apelo a experiências pessoais do autor.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

16. Mário Bros é Diretor da Empresa SF123 e dedica grande parte de seu tempo para identificar novas ideias e oportunidades com vistas ao crescimento da organização. Pode-se dizer que Mário Bros desempenha, em grande parte de seu tempo, um papel

- a) decisório, de empreendedor.
- b) decisório, de alocador de recursos.
- c) informacional, de solucionador de conflitos.
- d) interpessoal, de empreendedor.
- e) interpessoal, de liderança.

17. “Promover a formação continuada e integrada de membros/as e servidores/as do Ministério Público da União para fortalecer a justiça, os valores democráticos e os direitos da sociedade, por meio de uma educação diversa, inclusiva e conectada com as necessidades atuais, a partir da inovação, do encontro e da troca de saberes.”

O trecho acima, extraído do Mapa Estratégico constante do Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029 da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, representa

- a) a missão da ESMPU
- b) o plano da ESMPU
- c) a visão da ESMPU
- d) os valores da ESMPU
- e) a ética da ESMPU

18. João das Neves exerce influência sobre seus subordinados em decorrência de sua posição hierárquica superior, ou seja, em razão do cargo que ocupa na organização. Nesse caso, João das Neves exerce o tipo de poder:

- a) Coercitivo
- b) de Referência
- c) Carismático
- d) de Informação
- e) Legítimo

19. Os processos que entregam valor diretamente aos clientes e estão diretamente relacionados com a “experiência de consumo” do cliente são chamados de

- a) processos primários
- b) processos secundários
- c) processos de suporte
- d) processos de apoio
- e) processos gerenciais

20. O ciclo PDCA consiste em uma ferramenta que possui 04 etapas, e seu foco está na melhoria contínua. Nesse ciclo, a verificação dos resultados daquilo que foi executado ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)
- e) S (Study)

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

21. O Município ABC, por meio do órgão municipal de meio ambiente, lavra auto de infração face à indústria de alumínio Metal S/A por emissão de efluentes sem tratamento no corpo hídrico de domínio estadual, fato que tornou necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade em razão da baixa qualidade da água após tal emissão. Sequencialmente, o Estado XYZ, responsável pelo licenciamento ambiental do aludido empreendimento e onde se localiza o município, por meio do órgão estadual de meio ambiente, ao receber denúncia do fato, também lavrou auto de infração pelo mesmo motivo que o Município ABC.

Considerando a situação e com base na legislação ambiental aplicável e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- a) Em virtude de interesse público ambiental, podem coexistir ambos autos de infração, de modo que a indústria Metal S/A responderá nas esferas municipal e estadual.
- b) Prevalecerá o auto de infração ambiental lavrado pelo órgão estadual, por ser aquele que detém a atribuição de licenciamento ambiental.
- c) O Município não poderia ter lavrado auto de infração em caso de omissão do órgão estadual, visto que apenas o órgão licenciador possui tal atribuição.
- d) O fato analisado é atípico, razão pela qual nem o Município ABC nem o Estado XYZ poderiam ter lavrado o auto de infração.
- e) O auto de infração do órgão estadual é inócuo, porquanto não poderia ter exercido seu poder de polícia por força de denúncia.

22. Tíbio e Perônio, sócios administradores da farmacêutica Alfa Ltda., ao solicitar a licença prévia de um novo empreendimento da instituição, decidiram omitir a informação de que a localização da nova sede se daria em cima de uma área de nascente, a qual deveria ser protegida nos termos do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), com vistas à célere aprovação da licença por parte do órgão ambiental.

Sobre a aludida situação, assinale a alternativa correta.

- a) Ambos os sócios administradores poderão ser responsabilizados por crime ambiental, sem prejuízo da responsabilidade da pessoa jurídica envolvida.
- b) Havendo a responsabilidade das pessoas físicas autoras ou coautoras do fato, exclui-se a responsabilidade da pessoa jurídica, sob pena de configurar *bis in idem*.
- c) Tanto as pessoas físicas quanto jurídicas ficam sujeitas à responsabilização ambiental, sendo vedada a desconsideração destas quando sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- d) O crime citado, na sua modalidade dolosa, admite pena de detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.
- e) O fato citado configura-se apenas como infração administrativa, não havendo tipificação penal prevista na lei.

23. A sociedade empresária Beta Ltda., fabricante de autopeças, deseja importar resíduos sólidos para fins de logística reversa.

Considerando essa situação, nos termos da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é correto afirmar que

- a) é proibida a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, inclusive de papel, derivados de papel, plástico, vidro e metal, razão pela qual tal procedimento será inviável.
- b) a importação será permitida apenas se se tratar de pneus inservíveis.

c) a sociedade empresária poderá realizar o procedimento de importação ainda que os resíduos sejam classificados como perigosos, exceto se forem pneus, nos termos do regulamento.

d) a importação poderia ser realizada desde que os resíduos não fossem perigosos.

e) a importação é vedada por se tratar de fabricantes de autopeças, havendo exceção apenas para a importação de materiais e minerais estratégicos, como aparas de papel de fibra longa.

24. O prefeito do Município Delta deseja criar, por decreto municipal, um Parque Natural Municipal, com o objetivo de promover o turismo ecológico, mas este abrangeria alguns terrenos particulares da cidade. Consultando o procurador do município sobre o fato, o prefeito recebeu a informação correta que

a) O Parque Natural Municipal, por ser uma categoria de unidade de conservação de proteção integral, exige lei específica para criação, não podendo ser criada por decreto.

b) A unidade poderia ser criada por decreto e as áreas particulares não precisariam ser desapropriadas, desde que fosse possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

c) Parque Natural Municipal não é uma categoria de unidade de conservação prevista na Lei do SNUC (Lei nº 9.985/2000), motivo pelo qual não poderia ser criada.

d) O Parque Natural Municipal poderia ser criado por decreto, mas as áreas particulares incluídas em seus limites deveriam ser desapropriadas.

e) O Parque Natural Municipal, por ser uma categoria de unidade de conservação de proteção integral, não admite atividades de turismo ecológico, apenas o uso indireto dos recursos, razão pela qual dever-se-ia alterar a destinação específica da unidade.

25. Considerando as disposições da Lei nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, analise as afirmativas a seguir e assinale V, para verdadeiro, e F, para falso.

- () As medidas de adaptação são aquelas que buscam reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.
- () As emissões são os processos ou atividades que liberem na atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.
- () Um sumidouro é um processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.

A sequência correta é:

- a) V – F – V.
b) V – V – V.
c) F – F – V.
d) V – F – F.
e) F – V – V.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Géssica Ehle

26. São tratados incorporados no Brasil com status de emenda constitucional, na forma do Art. 5º, parágrafo 3º, da Constituição Federal de 1988:

- a) Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.
- b) Pacto de São José da Costa Rica e Declaração Universal de Direitos Humanos.
- c) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas com Deficiência Visual.

d) Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção sobre os Direitos da Criança.

e) Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

27. Acerca da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, julgue os itens a seguir.

I. Erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares até 2030 é meta disposta pela Agenda 2030, de modo que por “pobreza extrema” compreende-se pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.

II. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas é um plano global de ações composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas universais, construído após intensa consulta pública mundial com grande foco nas pessoas mais vulneráveis.

III. Uma das preocupações da Agenda 2030 é acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
b) I e II.
c) II e III.
d) Todas as assertivas.
e) Nenhuma das assertivas.

28. Sobre a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, julgue a alternativa incorreta.

- a) Apesar de sua relevância junto ao Sistema Interamericano, tal Convenção tem natureza supralegal junto ao ordenamento jurídico brasileiro
- b) O Pacto aduz que toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida, que deverá ser protegida desde o momento da concepção, de modo que ninguém poderá ser privado da vida de modo arbitrário.
- c) Sobre a finalidade essencial das penas privativas da liberdade, essas devem pretender a compensação do dano proporcionalmente à ofensa sofrida e a readaptação social dos condenados.
- d) A Convenção já prevê, como garantia judicial do acusado, que sua confissão só será válida se feita sem coação de nenhuma natureza.
- e) Estado-Parte que sofra emergência que ameace sua independência ou segurança poderá adotar disposições que, na medida e pelo tempo estritamente limitados às exigências da situação, suspendam as obrigações contraídas em virtude da Convenção, desde que não englobem, dentre outros, direitos políticos.

29. As opções a seguir apresentam casos brasileiros analisados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, à exceção de um. Assinale-o.

- a) Caso Maria e outros
- b) Caso Sales Pimenta
- c) Caso Ximenes Lopes
- d) Caso Honorato e outros
- e) Caso dos Santos Nascimento e Ferreira Gomes

30. Pedro, empresário de 33 anos, ficou em coma na sequência de um grave acidente de carro. Diante da incerteza quanto a sua recuperação, seu irmão e sócio, Luiz, pediu sua curatela para poder dar continuidade aos negócios da empresa. Ao longo do processo de reabilitação, Pedro recuperou a consciência, restando sequelas na área motora que passaram a ser tratadas com fisioterapia. Para facilitar seus atos cotidianos, Pedro pensa em optar pela tomada de decisão apoiada.

Sobre essa situação e de acordo com a legislação que trata dos direitos da pessoa com deficiência, é correto afirmar que

- a) Enquanto curador de Pedro, Luiz poderia fazer fotos e vídeos e postar na rede social do irmão para registrar sua recuperação.
- b) Como Pedro ainda terá de passar por fisioterapia, Luiz deverá continuar como seu curador tendo em vista seu capacitismo.
- c) Uma vez que recuperou sua capacidade de exprimir a vontade, Pedro poderá eleger seus apoiadores por meio do processo de tomada de decisão apoiada.
- d) Para o início de sua recuperação, Pedro soube que deverá providenciar novas vias de alguns de seus documentos oficiais, razão pela qual deverá manter-se curatelado.
- e) Em razão da extensão do termo de curatela, Luiz sempre poderá opinar quanto aos tratamentos e procedimentos que Pedro vier a realizar para sua habilitação.

MÓDULO II**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL***Emerson Douglas*

31. As carreiras dos servidores do Ministério Público da União (MPU) são organizadas pela lei federal 13.316/2016. Sobre esse tema, marque a assertiva certa.

- a) A promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de dois anos em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento ou em programa de capacitação.
- b) Progressão funcional é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano, de acordo com os critérios fixados em regulamento e com o resultado de avaliação formal de desempenho.
- c) O servidor cuja lotação for determinada em provimento inicial de cargo da carreira deverá permanecer na unidade administrativa em que foi lotado pelo prazo mínimo de um ano, não podendo ser removido nesse período.
- d) Se autorizada pelo Procurador-Geral da República, será permitida a movimentação de servidores, por permuta ou remoção, entre o Ministério Público da União e o Conselho Nacional do Ministério Público.
- e) Aos servidores do Ministério Público da União cujas atribuições estejam relacionadas às funções de segurança será conferida a denominação de Delegado e Agente de Segurança Institucional, para fins de identificação funcional, nos termos do regulamento.

32. Responda a questão em tela tendo como paradigma a Portaria PGR/MPU 98/2017. Essa norma estabelece o Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União (MPU). Em seguida, marque a única alternativa correta.

- a) O objetivo do Código de Ética é recrudescer a subjetividade da interpretação de normas éticas, de forma a indicar com maior clareza e objetividade o entendimento da Administração, buscando compatibilizar os valores individuais dos servidores com os valores adotados pelo MPU e pela ESMPU.
- b) Esse Código tem como princípios e valores fundamentais a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a lisura, a eficiência e a transparência.
- c) A Portaria PGR 98/2017 prevê como um compromisso de conduta ética valorizar e promover ambiente de trabalho harmonioso, primando por atitudes neutras de respeito pelas pessoas, a fim de evitar práticas que possam configurar qualquer tipo de assédio ou discriminação, comunicando a ocorrência de eventuais situações às autoridades competentes.
- d) Essa Portaria estabelece o compromisso ético de zelar pela imagem institucional, agindo com cautela em suas manifestações públicas, ressalvado o exercício da livre manifestação do pensamento.
- e) Os integrantes das Comissões Permanentes de Ética serão escolhidos entre servidores públicos estáveis dos quadros de pessoal do MPU e da ESMPU, e designados pelo Procurador-Geral da República.

33. Agora analise esta questão tendo como parâmetro a Portaria PGR/MPU 247/2023, que instituiu o Programa de Integridade do MPU e da ESMPU. Em seguida, marque a única alternativa correta.

- a) O Programa de Integridade do MPU tem como objetivo alentar a difusão dos valores da integridade, da ética pública, da transparência, da conformidade às leis e aos padrões éticos estabelecidos e da prevalência do interesse público.
- b) Cultura de integridade e compliance é o ambiente de valorização da ética pública na estrutura administrativa, permitindo-se o arrefecimento de comportamentos individuais e coletivos favoráveis ao respeito às leis e à probidade, bem como a preponderância do interesse público sobre o interesse particular.
- c) Há nesse programa o eixo de Gestão e Governança, composto de, entre outras, ações de criação de mecanismos que tornem efêmera a cultura de integridade e de compliance, mesmo diante das transições de gestões, de chefias e das movimentações de membros e servidores.
- d) São elementos fundamentais que norteiam o programa de integridade do MPU, entre outros: inovação; sustentabilidade e responsabilidade social; manutenção do status quo; bem como a tempestividade e capacidade de resposta.
- e) Os Comitês de Integridade de cada ramo do MPU reunir-se-ão, em caráter ordinário, uma vez a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que forem convocados pelo respectivo Coordenador ou solicitado por quaisquer dos seus integrantes.

34. No que diz respeito às prerrogativas, ao estatuto dos membros e outras normas constantes da Lei Complementar 75/1993, assim como na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). Verifique cada assertiva e marque a única correta.

- a) A LC 75 prevê a prerrogativa institucional dos membros do MPU de se sentarem no mesmo plano e imediatamente à direita dos juízes singulares ou presidentes dos órgãos judiciários perante os quais oficiem. No entanto, essa norma foi considerada inconstitucional pelo STF.
- b) É vedado ao membro do Ministério Público da União exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista. Por outro lado, todos os membros do MPU da ativa que ingressaram na carreira antes de 5 de outubro de 1988 podem exercer a advocacia até os dias de hoje.
- c) Trata-se de uma atribuição do Procurador-Geral da República, como Chefe do Ministério Público da União, propor ao Poder Legislativo os projetos de lei sobre o MPU.
- d) O Conselho Superior de cada ramo do MPU deverá decidir, atendendo à necessidade do serviço, sobre remoção a pedido ou por permuta dos respectivos membros ministeriais.
- e) Revelação de assunto de caráter sigiloso, que conheça em razão do cargo ou função, comprometendo a dignidade de suas funções ou da justiça, é motivo para que seja aplicada, no máximo, a sanção de suspensão ao membro do MPU.

35. No que concerne às diversas normas constantes da Lei Complementar 75/1993 referentes aos órgãos do MPU e suas competências, marque a única alternativa certa de acordo com o que preconiza essa lei.

- a) O uso de vestes talares pelos membros do MPU é uma prerrogativa institucional que deve constar da carteira de identidade especial, de acordo com modelo aprovado pelo Procurador-Geral da República e por ele expedida.
- b) Compete ao Colégio de Procuradores da República elaborar, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, a lista tríplice para a composição do Superior Tribunal de Justiça, sendo elegíveis os membros do Ministério Público Federal, com mais de dez anos na carreira, tendo mais de 35 anos de idade.
- c) Uma competência do Colégio de Procuradores do Trabalho é elaborar a lista tríplice destinada à promoção por merecimento dos membros do MPT.
- d) A Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar deve se manifestar sobre o arquivamento de inquérito policial militar, inclusive nos casos de competência originária do Procurador-Geral da Justiça Militar.
- e) Cada uma das Câmaras de Coordenação e Revisão do MPDFT possui competência para decidir os conflitos de atribuição entre os órgãos desse ramo. Mas cabe recurso ao Procurador-Geral de Justiça, como Chefe do MPDFT.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

36. Se uma entidade governamental transferir a um particular a execução de serviços públicos, por meio de um contrato, estará ocorrendo a denominada:

- a) outorga por desconcentração;
- b) delegação por descentralização;
- c) territorialização por desconcentração;
- d) delegação por desconcentração;
- e) outorga por descentralização.

37. Sobre os poderes da administração pública, escolha a alternativa correta:

- a) O poder regulamentar é a atribuição dada à administração pública para editar normas gerais que complementem leis, garantindo sua aplicação eficaz;
- b) O poder hierárquico está relacionado à estrutura administrativa, permitindo a existência de relações de subordinação entre diversas entidades jurídicas e entre os Poderes da República;
- c) O poder disciplinar é o meio utilizado para investigar e punir exclusivamente infrações cometidas por servidores públicos;
- d) O poder de polícia refere-se à obrigação do Estado de limitar direitos individuais em benefício do interesse coletivo;
- e) De maneira mais ampla, o poder de polícia abrange todas as ações restritivas do Estado sobre direitos individuais, sendo também conhecido como polícia administrativa.

38. A convalidação de um ato administrativo consiste no procedimento adotado pela Administração Pública para:

- a) anular atos administrativos que apresentem vício de legalidade, com base na prerrogativa da autotutela, que permite ao agente público revisar seus próprios atos para garantir conformidade com a legislação;
- b) revogar atos administrativos que possuam vícios em seu conteúdo substancial, por razões de conveniência e oportunidade, fundamentando-se na prerrogativa da discricionariedade, que concede ao agente público a capacidade de rever suas decisões;
- c) corrigir atos administrativos que, embora sem vícios, necessitam ser ajustados para atingir de maneira mais eficaz os objetivos públicos a que se destinam, em conformidade com o princípio da eficiência;
- d) corrigir atos administrativos com quaisquer defeitos, com a finalidade de validá-los integralmente, gerando efeitos a partir do momento da ratificação, ou seja, de forma *ex nunc*;
- e) validar atos administrativos com vícios passíveis de correção, confirmando-os total ou parcialmente, gerando efeitos retroativos ao momento de sua prática inicial, ou seja, de forma *ex tunc*.

39. A abordagem constitucional sobre a responsabilidade civil do Estado estabelece que:

- a) As pessoas jurídicas de direito público, assim como as de direito privado que prestam serviços públicos, são responsáveis pelos prejuízos causados a terceiros por seus agentes, atuando nessa condição, sem a necessidade de comprovação de dolo ou culpa.
- b) As pessoas jurídicas de direito público, bem como as de direito privado que prestam serviço público, devem responder pelos danos provocados por seus agentes no exercício de suas funções, exigindo-se a comprovação de dolo ou culpa.

- c) Somente as entidades de direito público possuem responsabilidade pelos danos causados a terceiros por seus agentes quando atuam nessa condição, sendo indispensável demonstrar a existência de dolo ou culpa.
- d) Apenas as pessoas jurídicas de direito público devem reparar os prejuízos gerados a terceiros por seus agentes no desempenho de suas atividades, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável quando houver dolo ou culpa.
- e) A responsabilidade recai exclusivamente sobre as entidades da administração direta e indireta pelos danos ocasionados por seus agentes no exercício de suas funções, sendo garantida a possibilidade de ação regressiva nos casos em que se comprove dolo ou culpa.

40. A fiscalização realizada pelos Tribunais de Contas, na função de órgão auxiliar do controle externo sob responsabilidade do Poder Legislativo, abrange, conforme previsto na Constituição Federal:

- a) A verificação da legalidade dos atos relacionados à admissão de servidores na Administração direta e indireta, incluindo as nomeações para cargos em comissão.
- b) A análise das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, assim como das melhorias posteriores, mesmo que não modifiquem o fundamento legal do ato original.
- c) A supervisão dos recursos transferidos para entidades privadas por meio de convênios, acordos ou instrumentos similares, salvo nos casos em que a instituição não possua finalidade lucrativa.
- d) O exame dos contratos firmados pela Administração direta e indireta, com exceção daqueles que resultem de um regular processo licitatório.
- e) A apreciação das contas prestadas pelos gestores das entidades pertencentes à Administração direta e indireta, bem como daqueles responsáveis por qualquer irregularidade que cause prejuízo ao erário público.

NOÇÕES DE PERÍCIA EM PROCESSO CIVIL*Ricardo Torques*

41. Patrícia, engenheira ambiental, e Cláudia, Geóloga, foram nomeadas pelo juízo como perita para atuar em ação civil pública. A ação tem por pedido a condenação de empresa por suposta poluição em área ambiental protegida, tratando-se de perícia complexa que envolve mais de uma área de conhecimento especializado. Sobre a perícia no âmbito do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Não se admite a nomeação de mais de uma perita para atuar no mesmo processo.
- b) Ainda que a matéria não esteja devidamente esclarecida, é vedado que, de ofício, o juízo determine a realização de nova perícia.
- c) Não se admite que o juízo, na sentença, deixe de considerar as conclusões dos laudos periciais confeccionados.
- d) As partes poderão apresentar quesitos suplementares durante a realização da perícia, que deverão ser respondidos pelo perito de forma prévia à audiência de instrução e julgamento.
- e) As peritas podem se recusadas por impedimento ou suspeição.

42. Em determinado processo judicial, Carlos foi designado perito e, após todas as diligências necessárias, deveria elaborar o seu laudo pericial no prazo determinado. Se, por motivo justificado, Carlos não puder apresentar o laudo dentro do prazo,

- a) Deverá ser punido com perda da metade da remuneração inicialmente arbitrada.
- b) Deverá ser, de pronto, substituído.
- c) O juiz poderá conceder-lhe, por uma vez, prorrogação pela metade do prazo originalmente fixado.
- d) O juiz poderá conceder-lhe o dobro do prazo originalmente fixado.

e) Somente com a concordância das partes poderá se prorrogado o prazo de apresentação.

43. Em Ação Civil Pública, Maurício realizou perícia contábil. Após diligências instrutórias, constatou-se que o perito, por culpa, prestou informações inverídicas. Nesse caso, independentemente das demais sanções previstas em lei, Maurício,

- a) Responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos
- b) Só responderia pelos prejuízos que causasse à parte, caso tivesse agido com dolo.
- c) Responderá pelos prejuízos que causar à parte, mas somente ficaria inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo legal caso tivesse agido com dolo.
- d) Responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
- e) Responderá pelos prejuízos que causar à parte, mas não poderá ficar inabilitado para atuar em outras perícias.

44. Manuela foi nomeada perita em processo que tramita na justiça federal. Por situações pessoais que prejudicariam o cumprimento de seu ofício, pretende escusar-se do encargo por entender se tratar de motivo legítimo pré-existente à nomeação. Para tanto, a recusa deverá ser apresentada

- a) No prazo de 5 (cinco) dias, a contar da intimação.
- b) No prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação.
- c) A qualquer momento, desde que antes da apresentação do laudo.
- d) No prazo de 5 (cinco) dias, a contar da ocorrência do motivo legítimo.
- e) No prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ocorrência do motivo legítimo.

45. Flávia, engenheira sem vínculo formal com o poder público, foi nomeada perita em processo no qual o responsável pelo pagamento era beneficiário da gratuidade de justiça. Na referida situação,

- a) O perito deverá realizar a perícia de forma gratuita.
- b) A perícia não poderá ser realizada, em virtude da impossibilidade de pagamento dos valores.
- c) O perito pode optar por realizar a perícia de forma gratuita ou ser remunerado pela metade do valor por ele apresentado.
- d) A perícia pode ser paga com recursos alocados no orçamento da União, do Estado ou do Distrito Federal, hipótese em que o valor será fixado conforme tabela do tribunal respectivo.
- e) A perícia pode ser paga com recursos alocados no orçamento da União, do Estado ou do Distrito Federal, hipótese em que o valor será fixado de acordo com a discricionariedade do juiz.

ARQUITETURA I

Núbia Ferreira

46. Segundo o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais abaixo, EXCETO:

- a) Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.
- b) Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

c) Integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência.

d) Adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência.

e) Oferta de condições especiais para os agentes públicos na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social, excluindo-se os agentes privados.

47. Pedro obteve a aprovação, pela Prefeitura Municipal, de um projeto de loteamento, bem como promoveu o registro do mesmo perante o Cartório de Registro de Imóveis. Houve o início das vendas, que foram um sucesso: em menos de 5 meses, 90% dos lotes foram vendidos. Em razão do sucesso das vendas, Pedro apresentou uma proposta de alteração do loteamento, visando reduzir as áreas previstas para equipamentos urbanos, com o intuito de aumentar o número de lotes para venda. De acordo com a Lei Federal nº 6766/79, a municipalidade:

- a) poderá concordar com a proposta de alteração apresentada por Pedro, tendo em vista que irá aumentar o número de moradores e melhorar a arrecadação do IPTU.
- b) poderá concordar, desde que sejam previstas medidas compensatórias, independentemente de ter realizado ou não o registro dos equipamentos urbanos.
- c) poderá concordar com a alteração, desde que aprovada por maioria simples da Câmara Municipal, tendo em vista o interesse coletivo.
- d) não poderá concordar, já que os equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, não poderão ter sua destinação alterada pelo loteador, desde a aprovação do loteamento.

e) não poderá concordar, já que os equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, não poderão ter sua destinação alterada pelo loteador após o início das vendas.

48. Nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 – que trata da Regularização Fundiária Urbana – o documento expedido pelo Município ao final do procedimento da Reurb, constituído do projeto de regularização fundiária aprovado, do termo de compromisso relativo à sua execução e, quando for o caso, da listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, da devida qualificação destes e dos direitos reais que lhes foram conferidos, é denominado

- a) Termo de Legitimação de Posse.
- b) Certidão de Regularização Fundiária.
- c) Termo de Regularização de posse.
- d) Certidão de Legitimação Fundiária.
- e) Termo de Legitimação Fundiária.

49. De acordo com a Lei nº 12.378/2010, que regulamenta o exercício de arquitetura e urbanismo e dá outras providências, compete ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR:

- a) editar, alterar o Regimento Geral, o Código de Ética, as Normas Eleitorais e os provimentos que julgar necessários.
- b) criar colegiados com finalidades e funções específicas.
- c) fazer e manter atualizados os registros de direitos autorais, de responsabilidade e os acervos técnicos.
- d) fiscalizar o exercício das atividades profissionais de arquitetura e urbanismo.
- e) cobrar as anuidades, as multas e os Registros de Responsabilidade Técnica.

50. Assinale a opção que indica, segundo a NBR 16.636-2/2017, os documentos técnicos a serem apresentados na etapa do projeto arquitetônico correspondente ao Projeto de Licenciamento (PL), que estabelece a elaboração e o desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos.

- a) Plantas geral de implantação, planta com as diretrizes de terraplenagem, plantas individualizadas dos pavimentos, plantas das coberturas, cortes (longitudinais e transversais), elevações e detalhes principais (de elementos da edificação e de seus componentes construtivos).
- b) Desenhos, textos e memoriais requeridos em leis, decretos, portarias ou normas e relativos aos diversos órgãos públicos ou companhias concessionárias de serviços nos quais o projeto deva ser submetido para análise e aprovação.
- c) Planta geral de implantação contendo informações planialtimétricas e de locação, planta e cortes de terraplenagem com as cotas de nível projetadas e existentes, plantas e detalhes das coberturas, cortes (longitudinais e transversais), elevações (frontais, posteriores e laterais), plantas, cortes e elevações de ambientes especiais (tais como banheiros, cozinhas, lavatórios, oficinas e lavanderias), contendo as especificações técnicas de seus componentes e sua quantificação em cada desenho, detalhes de elementos da edificação e de seus componentes construtivos em escalas compatíveis.
- d) desenhos como organograma funcional e esquemas básicos (escalas convenientes), memorial e recomendações gerais e planilhas com a relação ambientes/usuários/atividades/equipamentos/mobiliário, incluindo características, requisitos, dimensões e quantidades.
- e) desenhos cadastrais da vizinhança, do terreno e das edificações existentes: plantas, cortes e elevações (escalas existentes ou convenientes), textos: relatórios, fotografias: preferencialmente coloridas, com indicação esquemática dos pontos de vista e com textos explicativos e outros meios de representação.

51. O arquiteto, ao finalizar o projeto arquitetônico, verificou que os desenhos das plantas baixas não apresentavam as linhas de marcação dos planos de corte da edificação projetada.

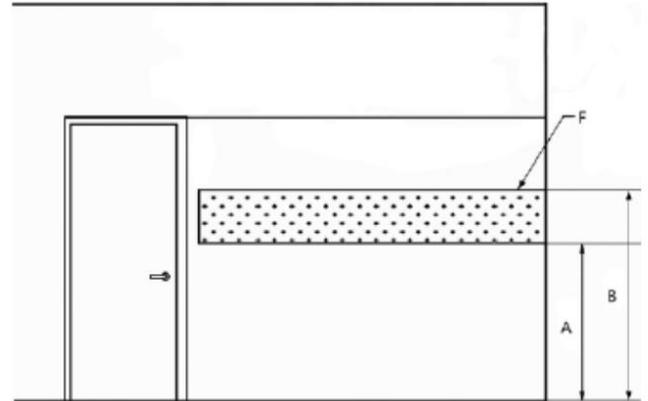
O tipo de linha a ser utilizado na representação gráfica desses planos é denominado

- a) traço longo e ponto estreita.
- b) contínua extralarga.
- c) contínua larga
- d) contínua com zigue-zague estreita.
- e) traço e ponto extralarga.

52. Uma administradora de condomínios contratou um arquiteto para avaliar a acessibilidade nas áreas comuns de um edifício residencial construído há alguns anos. Considerando que se trata de edificação privada existente, assinale a opção que indica o número mínimo de sanitários acessíveis com entradas independentes:

- a) Um no mínimo.
- b) Um para cada sexo, onde houver sanitários.
- c) 5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um, onde houver sanitários.
- d) 5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um por bloco.
- e) Nenhum, pois não há obrigatoriedade para edificações existentes.

53. Em um projeto de arquitetura, uma porta será sinalizada com informação tátil, na parede adjacente a ela ou no batente, posicionada conforme figura a seguir, extraída da NBR 9050:2020.



As dimensões A e B, que definem a faixa F na qual deverão ser dispostas as informações, correspondem, respectivamente, a

- a) 1,10 e 1,40 m.
- b) 1,10 e 1,50 m.
- c) 1,10 e 1,60 m.
- d) 1,20 e 1,50 m.
- e) 1,20 e 1,60 m.

54. Em um levantamento topográfico, qual instrumento é comumente utilizado para medir ângulos, distâncias e coordenadas, garantindo alta precisão nos dados coletados?

- a) mira falante
- b) teodolito
- c) estação total
- d) baliza
- e) trena

55. Entre o manancial de água e sua efetiva distribuição para uma população, um sistema de abastecimento de água é composto essencialmente, na ordem cronológica de passagem da água, das unidades de

- a) adução, captação e tratamento.
- b) captação, tratamento e adução.
- c) captação, adução e tratamento.
- d) tratamento, adução e captação.
- e) tratamento, captação e adução.

56. Relacione os tipos de intervenção listados a seguir (Carta de Burra, Austrália, 1980), à sua respectiva definição.

- 1. Preservação
- 2. Restauração
- 3. Reconstrução

() Restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido. Se distingue pela introdução na substância existente de materiais diferentes, sejam novos ou antigos

() Manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada

() Restabelecimento da substância de um bem em um estado anterior conhecido.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- a) 1, 2 e 3.
- b) 1, 3 e 2.
- c) 3, 1 e 2.
- d) 2, 3 e 1.
- e) 2, 1 e 3.

57. No AutoCad, é o comando que exhibe um quadro de estatísticas do arquivo (data de criação, última atualização e tempo total de edição) no qual se está trabalhando:

- a) PROPERTIES
- b) LIST
- c) AUDIT
- d) TIME
- e) UNITS

ARQUITETURA II

Andressa Lisboa

58. O Decreto 7.983 de 2013 regulamenta a elaboração de orçamento de referência para obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos da União. Com base nessa normativa, assinale a alternativa que apresenta corretamente os elementos mínimos que deverão compor a porcentagem referente aos benefícios e despesas indiretas nos orçamentos de referência.

- a) Taxa de risco, seguros e garantia; lucro, tributos e taxa de despesas financeiras.
- b) Tributos, remuneração, despesas financeiras e administração central
- c) Administração central, remuneração, tributos e administração local
- d) Tributos, lucro, taxa de risco, seguros e garantia; e administração central.
- e) Administração local, taxa de risco, seguros e garantia; lucro e tributos.

59. Segundo a NBR 15.220, conforto térmico é a satisfação psicofisiológica de um indivíduo com as condições térmicas do ambiente. No que se refere aos conceitos relacionados a essa temática e sua utilização em estratégias de condicionamento passivo para edificações, assinale qual das alternativas abaixo não está de acordo com as características do conceito de inércia térmica.

- a) A inércia térmica depende da capacidade calorífica da parede.
- b) Quanto maior a inércia térmica, maior o amortecimento e o atraso térmico.
- c) O peso e espessura da parede influenciam na inércia térmica.
- d) Materiais com alta inércia térmica são preferencialmente utilizados em regiões quentes e úmidas.
- e) A densidade e a condutibilidade influenciam na inércia térmica da parede.

60. As instalações elétricas prediais têm sua simbologia gráfica projetual estabelecida pela ABNT NBR 5444. Com base na simbologia apresentada na normativa técnica, analise as imagens abaixo e relacione com as respectivas lacunas:

- I. 
- II. 
- III. 
- IV. 

- () Interruptor de duas seções
- () Interruptor paralelo
- () Interruptor intermediário
- () Interruptor de uma seção

Assinale a alternativa com a correspondência correta:

- a) II – III – IV – I
- b) II – IV – III – I
- c) II – I – IV – III
- d) IV – I – II – III
- e) IV – III – II – I

61. Considerando a especificação correta de materiais para auxiliar na estratégia de conforto térmico de uma edificação, analise as assertivas abaixo, relativas a isolamento térmico, e assinale a correta.

- a) O melhor isolante térmico é o ar.
- b) O ar é comumente utilizado em paredes duplas para reduzir a transmitância térmica da parede, por ser considerado um bom isolante térmico.
- c) Materiais bons isolantes térmicos não devem apresentar porosidade.
- d) Isolantes térmicos têm como característica uma alta capacidade higroscópica.
- e) O concreto, por ter alta massa específica, configura um bom isolante térmico.

62. Considerando a especificação correta de materiais para auxiliar na estratégia de conforto térmico de uma edificação, assinale a alternativa que contenha apenas materiais considerados isolantes térmicos.

- a) Concreto com hematita
- b) Manta de lã de vidro e alumínio
- c) Concreto com pó de alumínio.
- d) Lã de rocha e alumínio.
- e) Laje mista.

63. O ensaio de abatimento do tronco do cone (também conhecido como ensaio do Slump Test ou Cone de Abrams), consiste na colocação de uma amostra de concreto fresco em um molde cônico, a forma resultante é medida para avaliar o abatimento do material. O concreto é inserido dentro do molde metálico em ___ camadas iguais, e compactado com ___ golpes por camada. O molde metálico possui ___ de altura.

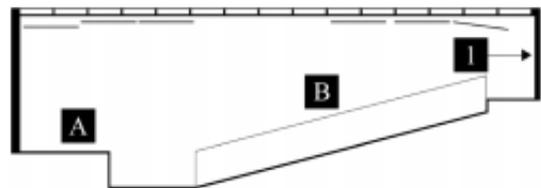
Analise as alternativas abaixo e assinale qual preenche corretamente as lacunas do enunciado.

- a) 2, 20, 25
- b) 3, 20, 30
- c) 3, 25, 30
- d) 4, 25, 25
- e) 4, 25, 30

64. O concreto é um material composto por água, aglomerante, agregado graúdo e agregado graúdo. A produção do concreto passa pelas etapas de dosagem, mistura, transporte, lançamento, adensamento e cura. Em relação às etapas de lançamento, adensamento e cura, assinale a alternativa correta.

- a) No lançamento, a queda vertical livre além de 2,5 metros não será permitida, para evitar segregação.
- b) O adensamento manual é o único admissível para obras estruturais.
- c) No adensamento manual, a altura das camadas de concreto não deve ultrapassar 30cm.
- d) Em qualquer caso, a altura da camada de concreto a ser adensada deve ser menor que 50cm.
- e) Na cura úmida, o concreto deve ser mantido úmido por um período de, no mínimo 14 dias.

65. O formato do auditório é considerado um dos itens mais importantes para o seu projeto, por estar relacionado à qualidade acústica e à visibilidade do público. Além disso, para controlar o tempo de reverberação, é possível a utilização de materiais absorventes em determinadas superfícies do ambiente, em contrapartida, quando se quer ampliar a intensidade sonora no recinto, é possível a utilização de materiais refletores dos raios sonoros. Em relação a projetos de auditórios, analise a imagem abaixo e assinale a alternativa correta.



Legenda: A – palco;
B – plateia;
1 – fundo da plateia.

Mehta, Johnson e Rocaford. *Architectural acoustics: principles and design*. New Jersey: Courier Kendallville Inc., 1999 (com adaptações).

- a) É indicada a utilização de materiais absorventes na superfície indicada pelo número 1
- b) Para melhor aproveitamento da geometria do ambiente em favor da qualidade acústica, o auditório em questão deverá apresentar superfícies paralelas em planta.
- c) Apesar de não estar representada na questão, a melhor alternativa de planta baixa para este auditório deverá se aproximar de uma seção quadrada.
- d) Nas superfícies próximas ao palco, indicado pela letra A na figura, deverão ser instalados painéis de materiais fonoabsorventes.
- e) Espelhos acústicos deverão ser instalados na superfície indicada pelo número 1 na figura.

66. Considerando as normativas a respeito de antecâmaras para ingresso em escadas enclausuradas, especificadas pela NBR 9077, assinale a alternativa correta:

- a) Antecâmara é o recinto que antecede a caixa de escada, desde que tenha ventilação natural garantida ou por dutos de entrada e saída de ar ou por pressurização.
- b) A antecâmara pode ser substituída por balcões, varandas ou terraços.
- c) A antecâmara deve ter pé direito mínimo de 2,40m.
- d) A antecâmara deve ter comprimento mínimo de 2,00m.
- e) A antecâmara deve ser dotada de porta estanque à fumaça na entrada da antecâmara e de porta corta-fogo na comunicação com a caixa de escada.

67. A NBR 5626 estabelece critérios para o projeto de sistemas de abastecimento de água quente em edificações. A temperatura da água no sistema de armazenamento e distribuição de água quente deve atender às necessidades dos usuários e aos usos pretendidos, devendo ser adotados materiais e componentes adequados ao valor máximo de temperatura que atenda à situação de operação normal. Considerando as temperaturas máximas dispostas nessa normativa técnica, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Onde houver possibilidade de a temperatura da água quente ultrapassar 45°C em pontos de utilização de água quente para uso corporal, deve-se empregar recurso de segurança intrínseca com atuação automática para limitar a temperatura a este valor.
- b) A temperatura da água em tubulações de distribuição de água quente dentro de ambientes sanitários, dotados de misturadores convencionais, deve ser limitada a 70° C.
- c) No caso de duchas higiênicas, jardins de infância e determinadas clínicas e hospitais, a temperatura máxima de uso recomendada é 50° C.

d) Onde a temperatura do sistema de água quente puder exceder 90°C, devem ser tomadas precauções para evitar consequências danosas ao sistema e aos usuários.

e) Havendo opção pela desinfecção das tubulações de água quente com água à temperatura mínima de 70° C proveniente do próprio sistema de aquecimento, este deve ter capacidade de gerá-la acima desta temperatura.

68. A Modelagem da Informação da Construção (BIM) é uma metodologia amplamente utilizada para gerenciar informações relacionadas ao ciclo de vida das edificações, desde a concepção até a operação e manutenção. No que se refere aos conceitos e princípios fundamentais do BIM, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Entre as diversas ferramentas usadas em computação gráfica aplicada à arquitetura inclui-se o Revit, que é capaz de processar dados pertinentes para o edifício durante suas fases de projeto, execução e posterior gestão.
- b) Em um fluxo de trabalho BIM, a implementação de um CDE (ambiente comum de dados) está relacionada ao objetivo de que todos os dados do modelo estejam atualizados e consistentes, entre as diferentes partes interessadas, durante todo o ciclo de vida do projeto.
- c) O BIM é uma metodologia voltada para a criação de modelos tridimensionais, que necessitam de planilhas externas ao modelo digital para a gestão das informações referentes ao ciclo de vida do ativo imobiliário.
- d) A adoção do BIM é preferencial nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura.
- e) Uma das grandes vantagens da metodologia BIM para obras públicas é a dimensão 5D do BIM, que agrega a dimensão custo ao modelo digital.

69. Acerca dos decretos, leis e normas técnicas que regulamentam a aplicação e disseminação da metodologia BIM no Brasil, julgue os itens a seguir:

- I. A Lei nº 14.133/2021 prevê que nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será obrigatoriamente adotada a Modelagem da Informação da Construção.
- II. Uma das principais vantagens no uso de softwares BIM (building information modeling) é a melhoria das rotinas colaborativas entre os profissionais envolvidos no gerenciamento de projetos, como arquitetos e engenheiros.
- III. O Decreto nº 11.888/2024 dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do BIM no Brasil, estabelecendo 3 fases de implementação gradual.
- IV. O Decreto nº 11.888/2024 institui o Comitê Gestor da Estratégia BIM BR, o qual é presidido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II
- c) Apenas II e IV
- d) II, III e IV
- e) Todas estão corretas

LEI DA ACESSIBILIDADE, ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ESTATUTO DO IDOSO

Géssica Ehle

70. Ana, servidora pública do Ministério Público da União, estava realizando atendimento ao público quando observou que se aproximava uma pessoa utilizando cordão de fita com desenhos de girassóis. Com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), Ana poderá concluir acertadamente que tal cordão é o símbolo nacional de identificação de pessoas com

- a) deficiência auditiva
- b) deficiência visual
- c) transtorno do espectro autista
- d) deficiência sensorial
- e) deficiências ocultas

71. Será assegurada sua prioridade especial atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas, às pessoas idosas

- a) com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, que terão direito ao benefício de prestação continuada (BPC)
- b) com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Loas.
- c) maiores de 80 (oitenta) anos, independentemente de atestarem qualquer comprometimento de mobilidade ou problema de saúde
- d) maiores de 80 (oitenta) anos, desde que atestem um maior comprometimento em sua capacidade de movimentação
- e) maiores de 85 (oitenta e cinco) anos, independentemente de atestarem qualquer comprometimento de mobilidade ou problema de saúde

72. De acordo com a norma que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade, julgue os itens a seguir.

- I. O passeio público, elemento obrigatório de urbanização e parte da via pública, normalmente segregado e em nível diferente, destina-se somente à circulação de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.
- II. Quando a realização de um evento em espaço privado contar com a instalação de banheiros químicos, esses deverão ser em 2%, ou no mínimo um.
- III. Vagas que sejam localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas em dois por cento para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

SIG E GEOPROCESSAMENTO

Monik Begname

73. Sobre os diferentes tipos de resolução em sensoriamento remoto, assinale a alternativa correta:

- a) A principal característica das imagens obtidas por sensores remotos está relacionada à resolução espacial em formato vetorial.
- b) A resolução espacial está associada ao fato de cada pixel da imagem representar uma área de solo com dimensões fixas.
- c) A resolução radiométrica indica o nível médio de energia magnética captada ou refletida, expresso em tons de cinza.
- d) Todos os sensores com resolução radiométrica são capazes de registrar a totalidade dos tons de cinza possíveis.
- e) A resolução temporal refere-se ao tempo necessário para processar e interpretar uma imagem adquirida por satélite.

74. Quanto menor a resolução espacial de uma imagem, pode-se afirmar que:

- a) O nível de detalhamento da imagem será maior.
- b) A área representada por cada pixel será menor.
- c) A discriminação espectral será mais precisa.
- d) A imagem apresentará menos detalhes e maior generalização.
- e) A capacidade de registrar variações sutis de energia será superior.

75. O mapeamento cadastral urbano, também chamado de cadastro técnico multifinalitário, é essencial para o desenvolvimento de planos diretores e para a execução de políticas públicas municipais. Muitas prefeituras já utilizam ferramentas de geoprocessamento, que integram técnicas para manipular dados geográficos analógicos e digitais, possibilitando a construção de mapas digitais em softwares especializados.

Esses mapas digitais podem ser representados de duas formas principais, baseadas em estruturas distintas de dados espaciais: raster (ou grade) e vetor.

Com base nisso, analise as seguintes afirmações:

- I. A estrutura raster é composta por uma malha de pixels, sendo atribuído um valor a cada célula.
- II. O modelo vetorial representa feições geográficas por meio de pontos, linhas e polígonos com coordenadas.
- III. Mapas vetoriais são formados exclusivamente por imagens obtidas por satélite.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

MEIO AMBIENTE

André Rocha

76. Elias, proprietário rural, deseja instituir um instrumento econômico da Política Nacional do Meio Ambiente com vistas a limitar voluntariamente o uso de parte de sua propriedade para recuperar os recursos ambientais ali existentes.

Sobre essa temática, assinale a alternativa correta.

- a) Ele poderá instituir uma concessão florestal, não se aplicando tal instrumento às áreas de preservação permanente e à reserva legal mínima exigida.
- b) Ele poderá instituir servidão ambiental, e a restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a área de preservação permanente.
- c) Ele poderá instituir uma concessão florestal, podendo esta ser onerosa ou gratuita.
- d) Ele poderá instituir servidão ambiental, vedada a alienação, cessão ou transferência da área.
- e) Ele poderá instituir servidão ambiental, sendo sua obrigação defender a posse da área serviente, por todos os meios em direito admitidos.

77. Sociedade empresária Gama Ltda, desejando a aprovação da viabilidade ambiental de um novo empreendimento, solicita no órgão ambiental estadual a licença prévia no dia 01/01/2025. Após 12 (doze) meses sem retorno do órgão ambiental, com base nos prazos preconizados pela Resolução Conama nº 237/1997, os proprietários da empresa aprovam o início das obras.

Sobre a situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Para a aprovação da viabilidade ambiental e construção do empreendimento, dever-se-ia solicitar a licença de instalação, razão pela qual o ato inicial da sociedade empresária já contém vício.
- b) O decurso dos prazos previstos na Resolução Conama nº 237/1997 não implica a emissão tácita de licença nem autoriza ato que dela dependa, motivo pelo qual o início das obras não poderia ter sido iniciado.
- c) Após o decurso dos prazos previstos na Resolução Conama nº 237/1997 sem manifestação do órgão ambiental, a licença fica automaticamente aprovada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente, que poderá, na sua decisão, interromper ou não a continuidade das obras.
- d) A situação é irregular, mas, caso o órgão ambiental tivesse aprovado a licença prévia no prazo previsto na Resolução Conama nº 237/1997, as obras poderiam ser iniciadas.
- e) O prazo previsto na Resolução Conama nº 237/1997 é de até 3 (três) anos para a análise da licença prévia, não havendo irregularidade do caso descrito.

78. A Sociedade Empresária Ômega Ltda. deseja realizar atividade de mineração de bauxita no Estado ABC. Contudo, para viabilizar tal atividade, será necessária a supressão de vegetação nativa protetora de restinga fixadora de duna, razão pela qual a empresa solicitou a autorização de supressão junto ao órgão ambiental competente.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) Não será possível tal autorização, visto que a supressão de vegetação nativa protetora de restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, não contemplando atividades de mineração de bauxita.
- b) Não será possível tal autorização, visto que a supressão de vegetação nativa protetora de restingas somente poderá ser autorizada em caso de interesse social, não contemplando atividades de mineração de bauxita.
- c) Apenas as restingas estabilizadoras de mangues são consideradas áreas de preservação permanente, motivo pelo qual a autorização não se faz necessária.
- d) Não será possível tal autorização, visto que a supressão de vegetação nativa protetora de restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, contemplando apenas as atividades de mineração de areia, argila, saibro e cascalho.
- e) A autorização poderá ser solicitada, pois a supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, o que contempla a atividade de mineração de bauxita.

LEI Nº 5.194/1966. RESOLUÇÃO CONFEA Nº 218/1973. LEI Nº 12.378/2010*Tiago Zanolla*

79. Durante apuração ética no âmbito do CAU/UF, constatou-se que o arquiteto Miguel, devidamente registrado, figurava como sócio em uma empresa de arquitetura cujo nome incluía expressamente o termo “urbanismo”, mas que era gerida exclusivamente por sócios não arquitetos. Miguel não participava das atividades técnicas nem supervisionava os projetos. Paralelamente, sua colega Mariana registrou no CAU como próprio um projeto criado por um ex-estagiário, com quem não mantinha mais vínculo. Considerando as infrações disciplinares previstas na Lei nº 12.378/2010, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas Mariana comete infração, pois o registro de autoria alheia caracteriza infração disciplinar expressa na lei.
- b) Miguel comete infração disciplinar por integrar sociedade de arquitetura sem participação técnica efetiva.
- c) Mariana agiu corretamente, pois adquiriu os direitos autorais do estagiário.
- d) A infração de Miguel dependerá de prova de má-fé, pois o simples uso do nome “urbanismo” não gera responsabilização.
- e) Nenhum dos dois incorre em infração disciplinar, pois ambos são arquitetos com registro ativo.

80. Durante uma sabatina pública, a arquiteta Clara, candidata ao cargo de conselheira do CAU/UF, respondeu a questionamentos sobre o funcionamento institucional do sistema CAU. Entre suas afirmações, disse que os mandatos são de quatro anos, permitida reeleição ilimitada; que o exercício da presidência é remunerado; e que os recursos financeiros do CAU provêm exclusivamente das anuidades. Considerando o disposto nos arts. 36 a 41 da Lei nº 12.378/2010, assinale a alternativa correta:

- a) Clara está correta quanto à duração do mandato e à remuneração do cargo, mas equivocada quanto à origem dos recursos.
- b) Clara está equivocada quanto à duração do mandato e à possibilidade de reeleição, mas correta quanto à natureza dos recursos financeiros.
- c) Clara está equivocada em todas as suas afirmações, inclusive quanto à remuneração da presidência e ao tempo de mandato.
- d) Apenas a afirmação sobre a remuneração do cargo está correta, pois presidentes e conselheiros do CAU são agentes políticos.
- e) Clara está correta quanto à possibilidade de reeleição, pois não há vedação expressa na Lei nº 12.378/2010.

Discursiva

Você já reparou como a ansiedade se tornou uma presença constante no vocabulário cotidiano? Não é raro ouvir alguém dizer que está “com crise de ansiedade” diante de tarefas simples, ou ver jovens sobrecarregados pelo futuro antes mesmo de viverem o presente. Para muitos, trata-se de um mal invisível, silencioso, mas profundamente corrosivo. No entanto, será mesmo que estamos mais frágeis? A ansiedade, nessa perspectiva, não seria apenas uma disfunção clínica, mas um sintoma social de um tempo marcado por excesso de estímulos, escassez de vínculos e medo constante do fracasso. Seria justo, então, responsabilizar os indivíduos por um sofrimento que talvez seja estrutural?

Com base no texto acima, produza um texto dissertativo-argumentativo, em que expresse sua opinião sobre as causas da epidemia de ansiedade na contemporaneidade, explorando diferentes perspectivas que ajudem a compreender a complexidade do problema.

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
